

AUDIÊNCIA PÚBLICA 001/2015 – Saneamento¹

15/04/2015

MESTRE DE CERIMÔNIA (MC):

Senhoras e senhores, bom dia. É com satisfação que a Arsesp, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, recebe os senhores presentes para participação da Audiência Pública nº 001/2015.

Esta audiência pública foi convocada com a finalidade de apresentar e obter contribuições à proposta de revisão tarifária extraordinária da Sabesp.

A Audiência Pública destina-se a colher subsídios e informações junto à sociedade, para as matérias em análise na agência.

Visa também dar oportunidade de manifestação verbal aos interessados nos processos decisórios que impliquem afetação de direitos dos agentes econômicos dos setores de energia e de saneamento, dos consumidores e demais interessados da sociedade, conforme dispõe a Lei Complementar 1.025, de 7 de dezembro de 2007, que criou a Arsesp.

O senhor José Bonifácio de Souza Amaral Filho, Diretor de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados da Arsesp,

¹ **Nota:**

A transcrição deste documento foi integral, incluindo erros cometidos (sem corrigi-los), pausas, hesitações, repetições, entre outras coisas não normalmente encontradas na língua culta. O texto resultante pode não ter fluência, coesão, coerência em alguns momentos.

irá presidir esta audiência pública, cabendo-lhe decidir, conclusivamente, as questões de ordem e as reclamações sobre os procedimentos adotados na audiência.

A etapa de apresentações será iniciada pela Arsesp, seguida da Sabesp, que disporão de 30 minutos cada. Em seguida abriremos para as manifestações dos inscritos, sendo que o tempo para a manifestação de cada inscrito será de até 10 minutos.

As manifestações serão feitas segundo a ordem de recebimento das inscrições, conforme previsto no regulamento desta audiência pública. Esclarecemos que o tempo será controlado e que o comentarista será alertado, se for o caso, quando faltar dois minutos para o fim de sua intervenção.

O presidente da audiência e demais integrantes da mesa poderão eventualmente fazer perguntas aos participantes, caso entendam necessária a obtenção de esclarecimentos adicionais.

Todas as manifestações serão registradas por meio eletrônico, de forma a preservar a integridade de seus conteúdos e permitir o máximo aproveitamento como subsídios à conclusão do processo de regulamentação.

Reiteramos a importância do fiel cumprimento do tempo e das regras aqui estabelecidas, de modo que se possa atender, de forma organizada, a todos os interessados.

Registramos aqui a presença dos diretores da Arsesp: José Luiz Lima de Oliveira, Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico, José Bonifácio de Sousa Amaral Filho, Diretor de Regulação Econômico-Financeiro e de Mercados, Antonio Luiz Souza de Assis, Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Distribuição de Gás Canalizado e outros funcionários da Agência.

Passamos agora a palavra ao Senhor José Bonifácio de Amaral Filho, presidente desta audiência pública.

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO – Arsesp

Bom dia a todos. Em nome da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, eu quero agradecer a presença de todos os que enviaram contribuições e se inscreveram para falar na audiência pública.

O papel da agência reguladora, como todos sabem, é exatamente a aplicação das regras existentes para o controle de atividades de interesse público e de serviço público tanto o que se refere à tarifa como regulação técnica, etc.

Então para nós é extremamente importante a realização das consultas e das audiências públicas que nos permite receber contribuições, subsídios e refletir sobre os assuntos e tomar as decisões que nos são feitas de modo a manter de maneira equilibrada a relação entre empresas e os usuários do serviço.

São Paulo vive hoje um momento bastante difícil do ponto de vista da escassez de recursos hídricos, estamos exatamente em meio a uma crise hídrica e a crise hídrica assim como já vimos no passado outros problemas em setores regulados como foi energia elétrica, ela traz impactos importantes do ponto de vista do equilíbrio econômico financeiro das empresas que prestam esse serviço, não só da Sabesp há outras empresas reguladas no Estado de São Paulo de menor porte que também estão passando por situações difíceis, dada a perda de escala redução de escala da venda de água e o problema dos custos que se elevam.

Então hoje nós agradecemos a presença de todos vocês e vamos iniciar a nossa apresentação com o Doutor Amaury Fonte nele, que é quem está encarregado de fazer os estudos e apresentar para vocês os estudos técnicos. A seguir ouviremos como ela disse, a Sabesp e depois abriremos para que todos possam contribuir, mais uma vez eu agradeço então a presença de todos e as colaborações para que esse mecanismo de interação entre essas diversas partes ajudem a tomada de decisões. Muito obrigado, um bom dia.

JOSÉ AMAURY FONTENELE - Arsesp

Bom dia a todos, estamos aqui para apresentar o ponto de vista técnico da proposta de revisão extraordinária da Sabesp e a consequente avaliação da Arsesp, com o resultado que até o momento estamos propondo ainda preliminar em função de algumas variáveis que precisam ser definidas ainda até o final.

Inicialmente uma breve contextualização histórica do que tem acontecido, nós encerramos uma revisão ordinária depois de um longo processo iniciado em 2011... (pausa)... Esta dando eco? Aqui. Continua o eco? Está bem?

Bom, um breve histórico aqui, nós concluímos uma revisão ordinária em abril de 2014, essa revisão foi iniciada em março de 2011, passou por um longo processo, inicialmente teve um cronograma inicial divulgado pela Deliberação Arsesp 2010, a conclusão inicial era prevista para agosto de 2012 e foi concluída somente em abril de 2014 em função de uma série de problemas que nós tivemos e o principal deles diz respeito à base de ativos, à conclusão dessa base de ativos. Os principais resultados que nós obtivemos foi um índice de reposicionamento tarifário de 5,44 a ser divulgado em abril e aplicado a partir de maio de 2014. A regra de reajuste anual estava estabelecida que era a inflação menos um ganho de eficiência estabelecido pelo ponto de vista regulatório e aí essa variação da inflação era dada pelo IPCA e esse ganho de eficiência era denominado Fator X, estimado em 0,94% ao ano.

Os próximos reajustes foram estabelecidos para abril de 2015, que é esse que estamos acumulando aqui com a revisão extraordinária e abril de 2016 e a próxima revisão tarifária ordinária ficaria para abril de 2017.

Essa aplicação dessa revisão foi postergada por decisão da Sabesp, não foi aplicada nessa época porque já estava instalada a crise hídrica que nós continuamos vivendo aí. Então essa postergação foi postergada para abril de 2014, foi

submetido à Arsesp um recálculo dessa revisão, a Arsesp manteve os 5,44 e autorizou mais 1% a título de compensação pelos atrasos, sendo que essa compensação não inclui nenhum tipo de perda que a Sabesp tenha tido de receita por razões do bônus concedido.

Esse bônus, o programa de incentivo à redução de consumo, aqui tem um breve resumo do que aconteceu. Em fevereiro de 2014, pela Deliberação Arsesp 469, foi concedido um desconto de 30% na conta para a redução de consumo superior a 20% para os usuários abastecidos pelo Sistema Cantareira somente.

Em abril de 2014 esse desconto foi estendido para todos os usuários da região metropolitana. Em dezembro de 2014 foi escalonado, foi estabelecido desconto para reduções de consumo menores, então foi feito um escalonamento de reduções de 10 a 15 seria um desconto de 10%, de 15 a 20, 20% e acima de 20 continuaria o desconto de 30% inicialmente concedido.

Em janeiro de 2015, recentemente agora, pela Deliberação 545 foi estabelecida a tarifa de contingência para aumento de consumo em relação à média de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014, com a seguinte tabela: até 20% da média, se o indivíduo tivesse aumento no consumo mensal correspondente até 20%, a conta de água exclusivamente, aumentaria 40%. Para aumentos de 20 a 40% a conta de água dobraria. Então esse é o quadro simples dos incentivos e penalidades estabelecidos até aqui.

Revisão tarifária extraordinária. Alguns condicionantes da revisão. Inicialmente você tem condicionantes legais, condicionantes normativos que a revisão precisa se enquadrar dentro desses limites.

O inciso II do artigo 38 da lei 11445 estabelece que poderá ser solicitada uma revisão extraordinária quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato de concessão ou de programa, que estejam fora do controle do prestador e que alterem o equilíbrio econômico-financeiro desse contrato.

Ainda nesse mesmo inciso, o parágrafo primeiro diz que a pauta será definida pelo regulador, ouvidos os titulares, os usuários e os prestadores de serviço.

A Sabesp através da primeira revisão tarifária também estabeleceu algumas normas para essa revisão extraordinária, que constam na metodologia publicada em 2012. Diz que os eventos que deram causa à revisão extraordinária devem: primeiro, ocorrer dentro do ciclo tarifário, segundo, estar fora do controle do prestador, não terem sido contemplados na revisão ordinária e ter impacto significativo no equilíbrio econômico-financeiro do prestador.

Essa revisão extraordinária, esse mecanismo de revisão extraordinária, ele pode ser uma revisão ampla, dependendo do fato que lhe dê causa, ele pode rever todas as condições de prestação do mercado e pode inclusive encerrar o ciclo inicial, um novo ciclo tarifário quando as razões são muito abrangentes e perturbam toda a atividade do prestador de serviço. Ou pode ser de natureza restrita quando existe um fato específico que provocou o tipo de desequilíbrio econômico-financeiro e a revisão procura estudar e compensar esse fato e reconstituir esse equilíbrio.

A proposta da Sabesp. A Sabesp fez a solicitação de uma revisão extraordinária em razão de dois fatos apontados aqui basicamente: é o aumento de custo de energia em função de tudo o que a gente vai ver aqui, a alteração do cenário, as políticas tarifárias etc, em função da redução de oferta devido à crise hídrica que forçou uma redução de demanda. Então o fato gerador (incompreensível 13:29) foi a falta de disponibilidade de água em função das condições desfavoráveis do ponto de vista pluviométrico.

A Sabesp pleiteou à Arsesp que revisasse o plano de negócios, objeto da revisão ordinária correspondente a 2013 a 2016, para esses dois componentes, a redução de oferta e demanda e aumento do custo de energia. E que recalculasse o preço máximo de equilíbrio. A Arsesp aceitou o pedido de uma revisão (incompreensível 14:01) e

estabeleceu um cronograma para a vigoração dos resultados finais em abril de 2014.

Essa revisão, ela vem... Você tinha uma data de reajuste de agora, de 10 de abril e coincidiram as duas coisas, para evitar conceder dois reajustes muito próximos, dois aumentos de tarifa muito próximos, mas infelizmente dia 10 não foi possível em função dos trabalhos a serem desenvolvidos e a data está prevista para dia 25.

A proposta da Sabesp. Com relação ao aumento de energia, houve uma mudança de cenário em relação a todo o setor elétrico no que se refere aos custos de energia. Na revisão tarifária ordinária foi considerado uma redução média de 15% do custo unitário de energia para a Sabesp, como efeito daquela lei 11743 que iniciou com a medida provisória. Então essa lei de redução de tarifa, que aconteceu no início de 2013, ela reduziu o patamar das tarifas independentemente do perfil de consumo etc. Nós fizemos uma avaliação e chegamos à conclusão que o impacto na Sabesp seria em torno de uma revisão de 15% e isso foi a hipótese considerada na revisão tarifária ordinária para projetar os custos de energia, além dos custos de impacto foi considerada essa redução ao longo de todo o ciclo tarifário.

A partir de 2014 esse cenário foi profundamente alterado, resultando em aumentos substanciais nos custos de energia, que acompanhou esse processo sabe bem todas as dificuldades que o setor elétrico também viveu em função até da própria crise hídrica e outros fatos tal e qual, mas não sustentar essa redução (incompreensível 16:04). As causas principais desse novo cenário foram antecipação de renovação de contrato de associações pela lei 12783, que antecipou a renovação de muitos contratos, o impacto da crise hídrica no custo, exigindo maior participação das termelétricas que têm o custo elevado, e a elevação do custo de Itaipu, decorrente principalmente da elevação do dólar. Então são três causas principais que provocaram esse aumento no custo de energia.

As medidas compensatórias que foram adotadas pelo governo. Primeiro teve a elevação da CDE, que é o custo de desenvolvimento de energia que representa o encargo repassado nas contas dos usuários. Então esse CDE teve elevações substanciais nesse período de 2014 e 2015. Teve uma revisão tarifária extraordinária para o setor elétrico que elevou também significativamente as tarifas elétricas, muita gente já está sentindo na conta o resultado disso, e a instituição de bandeiras tarifárias, em função do regime hídrico você aciona bandeiras verde, amarela e vermelha em função das dificuldades que você tem de produção quando você aciona as térmicas dependendo do cenário.

Pelo que a Sabesp apresentou o impacto dos custos de energia na empresa é o seguinte: teve uma tabela comparando o plano de negócios com a revisão tarifária ordinária, os custos originalmente considerados, isso aqui já com aqueles descontos dos 15% e os novos custos projetados pela Sabesp, sendo que 2013 e 2014 são valores realizados que se situaram muito próximos em torno de 1,5% acima dos valores constantes da revisão ordinária, entretanto os dados de 2015 e 2016 representam elevações substanciais nesses custos de 47% em 2015 em relação à revisão ordinária e 85% em 2016, com o impacto de todas essas medidas compensatórias que a gente citou aqui.

Com relação à redução de oferta e a consequente redução de demanda, na Grande São Paulo teve uma crise significativa onde o nível de produção da Sabesp caiu de 70 metros cúbicos por segundo em janeiro de 2013 para 53 metros cúbicos por segundo em janeiro de 2015, uma queda de 18 metros cúbicos por segundo concentrada principalmente no Sistema Cantareira, onde tinha uma deficiência maior de recursos hídricos.

Com relação à demanda, o volume medido que representa o consumo dos usuários teve uma queda de 4,5% em 2014 em relação a 2013 e de 7,9% em relação ao previsto na revisão tarifária para 2014. As mesmas percentagens, e o volume, faturados são menores em função daquele impacto do consumo mínimo porque na faixa de zero a 10 você

sempre fatura os 10, então qualquer queda aí não se reflete no número faturado, a queda em relação a 2013 foi 12,3% e em relação ao plano de negócios da revisão tarifária ordinária foi de 5,5%, isso em 2014.

A Sabesp considerou os realizados em 2013 e 2014 e realizou projeções para 2015 e 2016 considerando o novo cenário em função da crise e existe um significativo grau de incerteza sobre o que vai acontecer ninguém sabe se vai retomar a condição normal de fornecimento, você não sabe se o usuário depois desse choque todo vai ajustar comportamento de consumo, então tem uma série de incertezas. Mas diante desse limite foi realizada uma projeção para 2015 e 2016 com base em 2014, nós tínhamos aqui, o número de economias até subiu um pouco em relação ao ano anterior, 1,9, está um e meio acima do crescimento anual. Os volumes medidos caíram em 2014, já é real essa queda, 7,85% em relação a 2013 e a projeção aqui que cairia 14% em 2015 retomaria um crescimento de uma queda só de 7%. Aqui eu diria 3,3 milhões de metros cúbicos, 3.2 milhões de metros cúbicos, 3 milhões de metros cúbicos, aqui você volta para 3.4 milhões de metros cúbicos como demanda. Em termos de volume faturado os valores são de perfil semelhante, só que essas (incompreensível 21:07) previstas aqui para 15 e 16 são de 12,1 e 5,2, são um pouco menores. Aqui a gente pode visualizar um pouco o comportamento dessa demanda em termos de número de economias. As curvas superiores de receita de serviços de água, as inferiores é o serviço de esgoto. Serviço de água (incompreensível 21:28) em cima das projeções e depois em 2014 cresceu um pouco acima do que estava previsto e aqui foi mantido os acréscimos e o perfil se manteve em pouco acima. A curva dezoito só tem aderência ao que foi previsto e tem uma diferença superior em 2013, mas mesmo assim as projeções são praticamente no mesmo nível originalmente estabelecido na revisão ordinária.

Os volumes sim, aqui vai ser a questão dos volumes que nós tínhamos em 2012 e 2013 em situação normal de abastecimento, em 2014 houve a crise, já houve essa redução isso aqui é água e aqui embaixo é esgoto, essa redução tende a se agravar em 2015, você já tem

sinalizações mais concretas e está se prevendo alguma recuperação em 2016 para voltar ao nível acima de 2014 nos dois serviços. Essa é a demanda que foi considerada, o impacto da redução de demanda que foi considerado nessa revisão extraordinária. A coluna dos dois fatores em termos de volumes faturados total de água e esgoto, o perfil dessa ordem.

Então a Arsesp pegou a proposta da Sabesp e em cima da proposta da Sabesp ela fez as análises considerando, primeiro o caráter de urgência da revisão, nós temos um reajuste (incompreensível 22:54) e é conveniente coincidir as duas coisas para evitar dois impactos, então nós tínhamos pouco prazo para realizar, a própria situação da Sabesp que pediria uma providência mais rápida, a revisão extraordinária para atender uma situação de emergência e uma revisão ampla demandaria um tempo muito maior porque você precisaria reavaliar todas as condições de mercado, você precisaria reprojeter o ciclo de negócios inteiro, o plano de negócios inteiro e dadas as incertezas ainda existentes você não tem ainda muita segurança dessas projeções tanto que (incompreensível 23:30) que deixe as coisas se estabilizarem um dia para que nos dê mais (incompreensível 23:35) nesse futuro.

A Arsesp decidiu acolher o pedido da Sabesp sob a ótica de uma revisão restrita considerando exclusivamente os dois fatos do pedido, que é o custo de energia elétrica, redução de oferta e a consequente redução de demanda.

O critério de cálculo utilizado para determinar qual seria o índice de reposicionamento dessa revisão extraordinária. Então na revisão ordinária nós apresentamos um fluxo de caixa descontado que gerou um nível tarifário de equilíbrio que foi o autorizado pela Arsesp a partir de abril de 2014, quando foi encerrada a revisão tarifária. O que nós fizemos, nós consideramos esses dois fatos geradores da revisão extraordinária, o impacto desses dois fatos nesse fluxo de caixa da revisão ordinária. Nós não tínhamos dados dos realizados nos últimos dois anos nem um novo plano de negócio para calcular de uma forma ampla e completa esse

reequilíbrio, então nós optamos por avaliar o impacto dessa revisão extraordinária, considerando o fluxo de caixa da ordinária. O que aconteceria com esse fluxo em decorrência da redução de oferta e da demanda e do aumento do custo de energia elétrica. Aí comparamos os dois índices, você vai gerar um novo índice de reposicionamento tarifário da revisão extraordinária, que é o PFE aqui, dividido pelo P da revisão ordinária, pelo índice de reposicionamento da intercorrência exclusivamente da revisão extraordinária.

A metodologia que foi usada nessa revisão é a mesma metodologia de cálculo que foi usada na revisão ordinária. É um modelo relativamente pesado mas tem uma série de premissas e importes de custos e critérios de projeção. Com relação a energia elétrica projeta os custos de energia por componente de sistema, então você tem um custo de produção de água, um sistema de distribuição de água e coleta de esgoto, de tratamento, comerciais e administrativo.

Os volumes do custo de energia de produção de água são projetados a partir de um custo unitário por metro cúbico produzido. Então você tem inicialmente um custo unitário por metro cúbico produzido real por metro cúbico produzido de água e esse custo (incompreensível 26:09) de projeção o volume produzido então você tem o gasto de energia da produção correspondente à produção.

Para a distribuição de água a mesma coisa, só que com base no volume medido, que é o volume distribuído. Coleta de esgoto, volume coletado, tratamento de esgoto, volume tratado de esgoto, para o custo de energia no sistema comercial você projeta em função do crescimento das ligações, que é um indicador dos clientes. E na administração central o valor ficou constante ao longo de todo o ciclo tarifário, não houve crescimento do custo de energia.

Na revisão ordinária, os custos unitários foram calculados a partir dos custos de energia do ano de 2012, aplicado àquele desconto de 15% (incompreensível 26:57).

O volume produzido de água considerado aqui é o volume correspondente às perdas regulatórias estabelecidas na

revisão ordinária. Quer dizer, nós estamos mantendo as mesmas metas de redução de perdas regulatórias da Sabesp, que era para atingir 27% em 2016 e a partir da projeção de demanda eu acrescento (incompreensível 27:23) e vejo a necessidade de produção, acrescento as perdas regulatórias, (incompreensível 27:29) num patamar em torno de 30% e nós estamos nesse patamar para regulatoriamente estar decrescendo até 27% em 2016, que é o volume que foi considerado na revisão extraordinária e que é o volume que gera os custos de energia, que determina os custos de energia.

Então o que é que deu, nós tínhamos aqui a avaliação do impacto, que é a avaliação que a Arsesp fez. Primeiro eliminou aquele desconto de 15% da revisão ordinária, adotou como premissa que o custo médio de kilowatt-hora seria um indicativo da elevação de todos os custos unitários de energia da Sabesp. Então nós analisamos a partir de dados observados e dados projetados quais são os custos unitários por megawatt-hora e resultado em todas aquelas medidas compensatórias do setor de energia para... aquelas (incompreensível 28:29) que nós relacionamos ali para corrigir as distorções tarifárias existentes.

A Sabesp havia feito uma projeção usando o IPCA e nós deflacionamos e consideramos exatamente o mesmo IPCA que a Sabesp usou na projeção. Os valores nominais de custo por megawatt-hora estão nessa ordem, realizados até 2014, 248,86, 237, 259. Esse 237 aqui é o impacto em 2013 (incompreensível 27:56) das medidas do 15%, eles tiveram impacto em 2013, a Sabesp teve uma redução e depois e depois está retomando (incompreensível 29:06). Corrigimos para valores reais, descontamos a inflação e temos esse perfil de custo unitário por megawatt-hora. A variação dele no ano caiu 10% em 2013, em relação a 2012, aumentou 3 em 2014, aumenta quarenta aqui e dezesseis. Acumulando essas variações eu tenho 10% em 2013, menos 7 em 14, uma queda, e a partir de 15 e 16 aumentos de 30 e 53% na ordem do custo unitário de energia (incompreensível 29:41) custo por megawatt-hora. Mas considerando-se esses percentuais, se

viu que os percentuais se refletiriam na elevação dos custos unitários que nós consideramos na (incompreensível 29:53).

Aqui a gente tem um termo de projeção de demanda, nós fizemos algumas avaliações e consideramos as situações em cima da projeção Sabesp foram mínimas, desprezível praticamente, de tal maneira que nós mantivemos essas variações ainda mais considerando o grau de incerteza existente, que foram aqui termo de água esse crescimento aqui já é em relação ao ano anterior, então em 2012 cresceu um e sete, dois e cinco em 2013 caiu 3,4, 5,88 aqui e recupera 10 aqui, em crescimento em água. Para esgoto o mesmo perfil, era 7, cai 0,84 e assim por diante.

No agregado água e esgoto a gente tem esse perfil aqui que cresce quatro, aqui cai dois, cai quatro em 2015 e recupera 10 a partir de 2016, que é exatamente aquele gráfico da evolução do volume faturado total água e esgoto, que é utilizado exatamente no cálculo do presuma-se.

Considerando os efeitos da demanda e os efeitos de energia no fluxo de caixa, a gente tem aqui a comparação entre os dois fluxos de caixa da revisão ordinária concluída em abril e dessa revisão extraordinária, aqui são os valores presentes dos quatro anos correspondentes ao fluxo de caixa, valores presentes no período de 2013 a 2016.

Aqui nós temos o nível tarifário aprovado em abril de 2014 pela revisão ordinária e aqui o nível tarifário resultante dos impactos de energia e de demanda nesse mesmo fluxo de caixa, 267 e a variação dos dois nós consideramos como índice de reposicionamento tarifário correspondente a essa revisão extraordinária. A revisão ordinária teve um impacto de 6,36% aproximadamente no nível tarifário da Sabesp. Isso em termos de revisão.

Além disse a gente tem um reajuste anual que ai não é reposicionamento, aí é o ciclo de reposição da inflação e o repasse ao consumidor dos ganhos de produtividade da empresa nos últimos doze meses.

Então nós temos aqui o índice de reajuste tarifário para 2015, ele é a variação do IPCA de março de 2014 a março de 2015 menos o Fator X, que é o fator de produtividade que a gente está transferindo para (incompreensível 32:52).

Aqui o cálculo que nós soltamos na Nota Técnica, ainda nós tínhamos um IPCA estimado para março em torno de 1,2% e o realizado na verdade superou isso aí, foi 1,32 então deve aumentar um pouco isso aqui, mas no momento da publicação nós não tínhamos essa informação.

Então a variação estimada foi de 8%, se eu descontar o ganho de produtividade da Sabesp ou o ganho de eficiência que ela está transferindo para o usuário de 0,94 eu tenho um índice de reajuste de 7,06% destinado a repor a perda inflacionária dos últimos doze meses. O ajuste tarifário total então resultante da revisão extraordinária 6,36 e o do reajuste tarifário 7,06 e a diferença dos dois, resulta em 13,87%. Isso aqui é ainda preliminar considerando 1,2% do IPCA de março.

Então basicamente era isso que a gente tinha para apresentar, a avaliação dos impactos dos dois pontos, de energia e demanda no fluxo de caixa e acumulativamente com o reajuste tarifário a gente teve uma correção tarifária na tabela da Sabesp na ordem de 13,87%. Obrigado.

MC

Muito obrigada, Senhor Amaury.

Informamos que será realizada a apresentação da Sabesp, dispondo de 30 minutos. Convidamos o representante para fazer uso da palavra.

JOSÉ SYLVIO XAVIER, Sabesp

Bom dia a todos, gostaria de agradecer a presença de todos em nome da Sabesp a esse importante evento e a Arsesp,

por ter prontamente sensibilizada com a situação, atendido o nosso pleito de revisão extraordinária.

Eu gostaria de começar pelo final, mostrando para vocês o impacto em termos de valores absolutos, que o pleito da Sabesp que difere, como nós vamos ver, do que propõe a Arsesp dá nas contas residenciais da região metropolitana.

Então se você pegar consumos de zero a dez metros cúbicos, mais de 50% dos clientes, 55% dos clientes consomem nessa faixa.

A nossa proposta irá gerar um incremento na conta de água e esgoto mensal de 8 reais e 13 centavos. Se você pegar a média de consumo da região metropolitana residencial que é de 13 metros cúbicos, você tem até 75% da população que se enquadra nessa faixa de consumo. O impacto será em torno de 12 reais por mês para água e esgoto.

A participação da conta de água e esgoto no orçamento familiar é bastante pequena, é 0,85%, praticamente impacta com pacotes de internet, mas é superada por telefonia celular, telefonia fixa, por energia elétrica que com certeza hoje está numa participação maior do que essa, e transporte urbano. Então, tem pouco impacto no orçamento familiar e por decorrência, pouco impacto nos índices inflacionários.

Gostaria de explorar um pouco os antecedentes dessa crise, que basicamente foram duas, a crise hídrica e a questão de energia elétrica. A questão de energia elétrica o Amaury Fontenele já explorou bastante e eu vou evitar, antes, porém, é interessante olhar o conjunto, se a gente pegar os dados do Snis, que é o relatório do Ministério das Cidades acerca de saneamento básico, nós vamos ver que de 1995 a 2013, por esse relatório, tudo que foi investido no Brasil em saneamento básico, 30% coube à Sabesp. Então Sabesp faz investimentos bastante expressivos.

Se a gente pegar esses mesmos dados nós veremos que há preços de dezembro de 2014, a Sabesp investiu 40 bilhões nesse período, uma média de 2 bilhões por ano. Se pegar o período mais recente, de 2014 a 2004, nós vamos ver que o

patamar de investimentos da Sabesp mais do que dobrou enquanto o lucro líquido cresceu em termos reais 9%, o lucro retido necessário para o investimento em torno de 12% e pagamento de dividendos na forma de juros de capital próprio 2%. Então não é válida a afirmativa que sistematicamente tem sido feita que a Sabesp não investe. Investe e investe muito.

Investimento é meio, o objetivo é o atendimento à população. Os índices de atendimento da Sabesp são sem dúvida os maiores do Brasil. Em compensação a tarifa média da Sabesp, se a gente pegar os dados do Snis de 2013, a Sabesp tem a 18ª menor tarifa do país, com tudo que ela entrega. Ela entrega muito e cobra pouco. Então nós temos aí cinco, seis só empresas de saneamento do Brasil que tem uma tarifa inferior a da Sabesp. Então a relação ao que ela cobra e o que ela entrega, sem dúvida a Sabesp é a primeira.

Se a gente olhar a tarifa mínima, que é aquela faixa de 10 metros cúbicos, a Sabesp é a quinta, sexta menor do Brasil.

O fato é o seguinte, essa é a gênese da Sabesp, essa é uma filosofia de atuação da Sabesp, só que tivemos intercorrências no meio do caminho que acabaram de forma conjuntural sensibilizando um pouco essa situação. E uma delas é a crise hídrica. Como o Amaury falou, foi um evento exógeno, não planejável, não previsível. Então temos dados bastante interessantes para olhar, se a gente olhar essa série de vazão afluente ao Cantareira desde 1930, nós vamos ver que nunca nesses 84 anos ocorreu um fenômeno como esse. Então na parte vermelha os senhores veem a queda que houve aí na vazão afluente, que é a água que entra no sistema Cantareira. Típico de eventos naturais, nós temos eventos extremos aqui, se vocês olharem na série, vocês veem pico para cima também, então você tem eventos extremos ou de alta ou de baixa vazão afluente, a ponto de que se a gente pegar a mínima histórica, que foi em 1953, 2014 foi menos da metade da mínima que ocorreu nesse ano, uma probabilidade ínfima de ocorrer, de 0,004 de probabilidade. Nenhum instituto meteorológico previu essa

crise, em dezembro de 2013 nenhum instituto meteorológico previu essa crise. Então é um evento realmente extremo, um evento raro.

Em função disso, como já disse o Amaury também, a produção da Sabesp caiu de 70 metros cúbicos por segundo, desculpa, da região metropolitana, para 52 metros cúbicos em janeiro de 2015. Portanto uma queda de 18 metros cúbicos por segundo. Esse é o patamar que a Sabesp produzia há duas décadas atrás, apesar de um crescimento populacional de 5 milhões de pessoas. Então é realmente um evento extremo, é sobre isso que estamos falando.

Em face dessa restrição de oferta a demanda tem que se adaptar, e aí há formas dessa demanda se adaptar. A forma clássica é a imposição de rodízio, uma imposição de redução de demanda não espontânea. A Sabesp não optou por essa política, a Sabesp optou e ainda crê que está no caminho certo de induzir espontaneamente a queda de demanda, sem impor uma decisão unilateral. E o mecanismo que nós adotamos para isso foi incentivo e desincentivo econômico, além adicionalmente de campanhas publicitárias, de trabalhos setoriais junto a condomínios etc etc. Temos tido muito êxito nesse tipo de política.

Então se a gente observar o histórico de adesão das pessoas ao programa de bônus, ele é crescente. Em janeiro chegamos a uma adesão em torno de 80%, depois da implantação da tarifa de contingência e cujo objetivo é impedir o aumento daqueles que estavam aumentando o consumo, essa adesão aumentou.

Bom, aqui um parêntese nessa questão da tarifa de contingência, eu acho que tem surgido alguma confusão. O pessoal fala "ah vocês tem que pegar essa receita que estão tendo com a tarifa de contingência e descontar da revisão extraordinária". Bom, a Sabesp não implantou a tarifa de contingência com o objetivo de arrecadar, nem tampouco de cobrir custos da crise, custos da crise nós estamos fazendo via revisão extraordinária. A Sabesp implantou a tarifa de contingência com o objetivo de reduzir demanda, a eficácia

desse programa está em quanto menos a gente arrecadar de tarifa de contingência, mais eficaz está sendo o programa. Nosso objetivo é arrecadar zero de tarifa de contingência. O objetivo é redução de demanda.

Quem é que tem contribuído para essa redução espontânea de demanda? Todos os segmentos. Tenho percebido de um tempo para cá uma indevida hostilidade ao segmento de grandes consumidores, fundamentalmente aqueles que têm contrato de demanda firme. Falam pouco desse segmento. Esse segmento gera um milhão de empregos de forma direta. Noventa e cinco por cento do soro que é produzido no Brasil é produzido na região metropolitana de São Paulo utilizando a água da Sabesp, eles precisam de água de alta qualidade. A tarifa média desse segmento é cinco vezes maior que a tarifa residencial. Temos indústria têxtil, temos indústria farmacêutica, todos reduziram. Esse segmento de grandes consumidores reduziu até mais do que a média, 30% foi a redução desse segmento. Só a indústria têxtil, que é a grande utilizadora de água, reduziu 20%. Então todos os segmentos da sociedade estão contribuindo e não só na região metropolitana de São Paulo. Apesar de não ter restrição de oferta no interior e no litoral, se observou que através de um processo de conscientização popular, porque lá não se paga bônus, lá não tem tarifa de contingência, uma grande redução no interior do estado de São Paulo, municípios operados pela Sabesp em dezembro de 2014 reduziu 14% relativamente a dezembro de 2013. Litoral final de ano: 7%. Convenhamos que final de ano, Natal, Réveillon as pessoas não estão priorizando a questão de água no litoral, mesmo assim reduziu. Então é fantástico você ver esse grau de sensibilidade social que está tendo em torno dessa crise.

Perdas, outro componente que a Sabesp tem atuado fortemente durante anos. Se a gente observar a redução de perdas físicas em 2014, perdas físicas 60% o total de perdas. Então o pessoal olha muito para o índice de perda, 29, 30% de perdas, mas só 60% desse é perda física, são vazamentos, a maioria é de vazamentos invisíveis, não esse que a gente vê na rua. Propiciou uma geração de 65 milhões de metros cúbicos essa redução de perda de 2013 para 2014. Isso

equivale a você abastecer uma cidade como Campinas durante um ano. Então nesse campo a gente tem atuado firmemente, continua atuando, aqui estão os dados de janeiro, continuamos reduzindo perdas.

Bom, o que a Sabesp está pleiteando? Energia elétrica e a questão do impacto no volume, só. Nós não estamos pleiteando o que tem ocorrido em função da deterioração do ambiente macro econômico, aumento de juros, aumento da inflação, desvalorização cambial, não estamos sob o ponto de vista jurídico até poderíamos porque também são eventos exógenos, não administráveis pela Sabesp. A Sabesp não faz política macroeconômica e é óbvio que isso tem impactado a Sabesp. O custo de capital regulatório que é de 8,06 com certeza hoje já foi ultrapassado, mas não estamos pleiteando isso. Estamos nos restringindo à energia elétrica e volume faturado. Não estamos pleiteando outros aumentos de despesa, a desvalorização cambial ocasionou um forte impacto no custo do material de tratamento, descolou bastante do plano de negócios mas também não estamos pleiteando. Não estamos pleiteando os investimentos adicionais que tivemos que fazer em função da crise, das obras emergenciais, enfim, estamos nos restringindo a (incompreensível 48:50). E como também já bem lembrou o Amaury, não estamos incorporando nessa conta o pagamento de bônus, o pagamento de bônus é uma liberalidade da Sabesp, como dito com fim de reduzir demanda.

Bom, a proposta da Arsesp então, como o Amaury também já falou, ela tem dois componentes: reajuste e revisão extraordinária. Em termos de reajuste aquele número que o Amaury mostrou ainda não tinha saído o IPCA definitivo, agora ele já saiu, então ele é de 8,3 do IPCA, 0,94 Fator X e dá 7,19 de reajuste.

Em termos de revisão a Arsesp propõe o incremento de 6,36% ou o equivalente a 0,16 centavos por metro cúbico. Total dá 14, os treze e oitenta e alguma coisa que o Amaury falou com o IPCA definitivo dá 14.

Quais são as considerações da Sabesp com relação à proposta da Arsesp? Só duas, uma relacionada ao reajuste. Sabesp quando concluiu a revisão tarifária em maio do ano passado, ela foi autorizada a praticar 5,44%. Não o fez, nós estávamos implantando o sistema de bônus, a crise estava no auge então achamos que iria dar sinalização ambígua, ao mesmo tempo que se implanta bônus se dá aumento, então não demos naquele momento o aumento de 5,44. Fomos fazê-lo em dezembro. A Arsesp já tinha indicado que caso a gente postergasse esse reajuste, ela daria compensação financeira pelo tempo de postergação e assim o fez. Em dezembro a Arsesp deu 1% a título de ajuste compensatório, deixando explícito que era parcial e provisório, porque ela precisava de informações adicionais para calcular esse montante definitivo. Então com relação a reajuste o nosso pleito é esse, o nosso pleito é que a Arsesp calcule esse ajuste definitivo. Eu tenho umas estimativas acerca disso que eu vou falar mais adiante, mas o nosso único pleito nessa questão do reajuste é adicionar àquele montante esse resíduo que ficou.

Com relação à revisão nós não temos nenhum reparo ao que a Arsesp fez em termos de cálculo. Concordamos que é 0,16 centavos por metro cúbico mesmo. O ponto não é esse, o ponto é quando você recupera isso porque como o ciclo tarifário vai de 2013 a 2016, esse novo equilíbrio é calculado nesses quatro anos, só que tem uma questão: 2013 e 2014 já passaram e nós não obtivemos esses 0,16 centavos por metro cúbico. A questão é quando você passa a auferir. Implicitamente o que a Arsesp está nos colocando é que essa recomposição desses dois anos, ela só vai se dar no final do ciclo tarifário. Seria algo análogo do meio.

Bom, temos duas considerações a fazer, primeiro isso não é bom para o cliente porque obviamente vai sair mais caro para ele lá na frente. Dois, a Sabesp precisa dessa recomposição tarifária hoje, não daqui a dois anos. Então em síntese o que nós diríamos é que a proposta da Arsesp garante o equilíbrio econômico sem dúvida, mas não garante o equilíbrio financeiro. A necessidade financeira da empresa para garantir o abastecimento, para ter

sustentabilidade durante esse ano de 2015 é agora, não é daqui a dois anos.

Muito que bem, vamos por números nisso. Está aqui o que resulta vis a vis ao que a Arsesp propõe. Então pegando o IPCA de 8,13% definitivo, pegando o Fator X de 0,94 e adicionando aquele resíduo que eu falei para vocês, que pelas minhas contas é 0,57, nós chegamos em 7,80 de reajuste tarifário. Pegando o desequilíbrio de energia e volume faturado 6,36 que a Arsesp calculou, só que adicionando o que você teria que colocar para compensar 2013 e 2014 que nós não arrecadamos, aquele excedente de 0,16, nós chegamos em 13,82 de revisão tarifária. Adicionando revisão e reajuste, o nosso pleito é de 22,7% relativamente aos 14% que a Arsesp nos coloca.

Copasa, sexta-feira, o órgão regulador deles deu 15% de aumento tarifário exclusivamente a título do impacto da energia elétrica.

Nosso pleito não é só para energia elétrica, nosso pleito é para energia elétrica e queda de volume faturado, então nós estamos falando de 22,7 contemplando queda de volume de energia contra os 15 da Copasa. Mesmo que a gente aplique esses 22, que vai dar aqueles 8 reais que eu falei para vocês lá no começo, nós ainda ficamos 10% abaixo da tarifa da Copasa.

Concluindo esse nosso pleito, fundamental como eu disse, para poder dar sustentabilidade financeira para a empresa nesse ano de 2015 e para poder atender nosso objetivo maior que é atender a população e continuar abastecendo como temos feito durante essa terrível crise. Muito obrigado.

MC

Muito obrigada.

Daremos início à etapa das manifestações dos expositores lembrando que obedeceremos a ordem de inscrição e que cada expositor dispõe de até 10 minutos.

Chamamos a Senhora Sonia Cristina Amaro do Proteste.

SONIA CRISTINA AMARO – Proteste

Olá, bom dia a todos. A Proteste, na qualidade de representante dos consumidores então fez questão de estar aqui hoje presente, muito embora já tenha encaminhado as suas contribuições a essa Consulta Pública que está sendo feita, nós realmente fizemos questão de estar hoje aqui.

E aí, claro, vou direto ao ponto, nós nos manifestamos, claro, de forma contrária a esse percentual de reajuste que está sendo pretendido, muito embora seja permitido pela legislação, sabemos disso que é permitido pela legislação essa revisão extraordinária da tarifa, mesmos assim nós nos manifestamos contrários a esse percentual de reajuste com fundamento justamente na legislação. Esse reajuste de 13,87% se mostra totalmente contrário à legislação. E por que? Porque, como eu falei, muito embora ela permita essa revisão extraordinária o que acontece é que isso não significa dizer que a gente pode passar por cima de alguns princípios previstos na legislação como o princípio da modicidade tarifária prevista na lei de serviços públicos. Justamente o princípio da modicidade tarifária é que fala que o valor da cobrança deve ser o menor possível considerando os custos e investimentos da concessionária. É um princípio que deve ser respeitado e nós entendemos que isso está ficando de lado sob a alegação de se manter o equilíbrio financeiro.

A gente quer também aqui aproveitar essa oportunidade para lembrar – isso já foi falado, mas quero destacar e lembrar também esse último reajuste que tivemos na tarifa, que foi em dezembro de 2014 na ordem de 6,5%.

Então, o que acontece, quer dizer, mais uma vez nós consumidores estamos sendo onerados sob essa mesma alegação, quer dizer, hoje você tem a mesma alegação de que esse repasse é necessário justamente para se manter o equilíbrio financeiro.

E nós consumidores? E os princípios estabelecidos na lei, na legislação de concessão de serviços públicos onde também está o cumprimento dos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, quer dizer, o Código de Defesa do Consumidor também deve ser respeitado e chamo aqui a atenção justamente ao que diz o Código de Defesa do Consumidor no seu artigo 22. Ele estabelece a necessidade de que os serviços públicos devem ser prestados de forma eficiente, segura e, claro, de forma contínua.

Então nos parece que isso está sendo deixado de lado justamente sob a única alegação que está sendo dita, desde o momento em que foi anunciada essa pretensão do reajuste da tarifa da Sabesp, então nos parece que realmente tudo isso está sendo deixado de lado apenas para que haja a manutenção do equilíbrio financeiro.

Uma outra questão que também está sendo, claro, dita justamente para explicar esse repasse na ordem de 13,87% é o repasse do aumento do custo de energia elétrica. Isso também não podemos aceitar esse tipo de alegação porque todos nós consumidores já estamos pagando esse aumento. A partir do momento que foi implantado o sistema de bandeira tarifária, que foi implantado recentemente, muito embora ele já tivesse previsto há algum tempo na legislação ele foi implantado recentemente então todos nós consumidores estamos pagando já por esse aumento no custo da energia elétrica. Todos nós estamos pagando pela utilização das termelétricas e isso está sendo repassado, tanto é que se todo nós aqui pegarmos nossas contas de energia elétrica, a agente vai verificar ali aquela bandeira significando que isso está impactando na nossa conta, estamos pagando muito mais. Então esse impacto nós já estamos pagando diretamente na tarifa de energia elétrica, não podemos, portanto, aceitar e entendemos que realmente não se pode repassar isso também nesse momento de revisão extraordinária da tarifa da Sabesp.

Portanto, como nós dissemos na contribuição que foi encaminhada à Agência, eu quero aqui ratificar o nosso posicionamento então contrário ao repasse desse percentual

na ordem de 13,87% pelos motivos e pelos princípios mencionados e previstos na legislação aqui dita.

Como disse, já que tivemos um aumento em dezembro na ordem de 6,5%, o que poderia então ser algo que ficaria dentro do aceitável seria simplesmente o repasse da inflação e não esse percentual como se pretende fazer.

Então essa é a breve consideração que eu gostaria e fiz e gostaríamos então que fosse levado em conta nossos argumentos contidos na contribuição encaminhada à Agência. Muito obrigada.

(APLAUSOS)

MC

Obrigada Senhora Sonia.

Agora Marlene Hirata Ushima, da Escola Estadual Professor Moacyr Campos.

MARLENE HIRATA USHIMA, E.E. Prof. Moacyr Campos

Eu só quero dizer que eu só falo como consumidora e eu sou totalmente contra o reajusto porque apesar de falar que 12 reais na conta de alguma pessoa de aumento não represente muita coisa, pode não representar muita coisa para grandes empresários ou para outras pessoas, não para nós pequenos consumidores e trabalhadores. Doze reais representa muito coisa e eu não acho certo a gente pagar. E também temos nossa água cortada todos os dias e vai ter aumento de tarifa de uma coisa que nem estou recebendo direito. É só isso que eu queria dizer.

(APLAUSOS)

MC

Obrigada.

Erika Martins de Andrade, da Coletivo de Luta pela Água

ERIKA MARTINS DE ANDRADE, Coletivo de Luta pela Água

Bom dia, eu falo pelo Coletivo de Luta pela Água que é um coletivo que reúne hoje 93 entidades. Ele foi formado em janeiro desse ano e basicamente são entidades filiadas a movimentos de defesa do trabalhador, sindicatos, destaque para a Cut, Sintaema e também movimentos populares, destaque para o Conselho dos Movimentos Populares, a União do Movimento de Moradia, Confederação Nacional da Associação de Moradores, Federação da Associação Comunitária do Estado de São Paulo e a Frente Nacional pelo Saneamento.

Bom, então aqui, na realidade a gente ainda não mandou, encaminhou nossas contribuições e a gente veio muito aqui para tirar dúvidas, para entender. Então a gente está trazendo 13 questões, eu nem sei se pelo regulamento cabe aí eu ter resposta, mas enfim...

A primeira coisa foi extremamente difícil analisar o material. Em primeiro lugar porque não veio o material da Sabesp, não vieram os documentos de origem, então a gente tinha só informações prontas da análise da Arsesp e não dava para brincar muito com os números. E isso até causou estranheza porque foi diferente das outras consultas públicas que eu já participei aqui da Arsesp. Em específico foi difícil não ter a.... De repente aparece o valor de receita e não dá para entender se ele realmente não estava com o bônus, ou até com a multa. Também não tinha valores de produção de água, todos os valores não estavam discriminados em sistemas regionais, em região metropolitana como de praxe, também. Então a gente fez o possível com os números que a gente tinha. Então a primeira pergunta que a gente coloca é

por que esses documentos não foram disponibilizados para a gente poder brincar e melhor entender.

Depois, do cabimento da proposta, né, que acho que já foi colocado aqui um pouco nas falas anteriores. A gente está com um pedido de 13,8 sugerido pela Arsesp ao mesmo tempo que está sendo declarado a distribuição de 252,3 milhões do lucro e 504 mil de bônus aos diretores. Então, aqui a pergunta é assim: como é que a gente sabe, por exemplo, quando fala assim o bônus para o diretor não está dentro de OPECs, como a gente sabe que não está pagando essa conta? Afinal de contas, o que vai acontecer, sempre o pagamento de dividendos é no mínimo 25, mas pode pagar mais, então aí, essa margem de quanto poderia estar dando, então vai acabar sempre reduzindo ou investimento da empresa e vai acabar no nosso bolso.

Depois a terceira pergunta é se a Sabesp não vislumbra a possibilidade de então reter todo esse lucro e distribuir ele em outra oportunidade já que está em uma situação financeira complicada.

A pergunta quatro é se a Sabesp solicitou ao Governo do Estado o reinvestimento de sua retirada na própria companhia, então dessa distribuição de lucro, metade ela é do próprio governo do Estado e talvez fosse por bem nesse momento ele estar fazendo reinvestimento no próprio setor.

Bom, depois aqui são contas bem simples com o material que a gente tinha, na realidade peguei aqui, receita P0 e as receitas do RTE e depois despesas e aí você vê assim que no final a P0 de 2012 você teve 85 milhões a mais. E na diferença de despesa você tem 75 milhões a menos. Então não estou entendendo que teve perda, porque depois quando você olha os dois fluxos de caixa tem um monte de coisa lá no meio, mas se você se ater só à questão da despesa e da receita, não estou vendo que teve redução de receita e tampouco o que teve de aumento de despesa em valor presente dá algum impacto significativo e sequer negativo. Então a pergunta cinco fica onde é que está o problema de desequilíbrio financeiro entre receita e despesa, não estou

achando que ele existe, que ele é significativo, se ele existisse também estamos falando de 10 milhões contra 250 milhões de distribuição de lucro. Enfim, é isso aí.

Bom, depois a gente dá uma olhadinha nas reduções de volume de água, aí também causou espanto aqui a seguinte questão: quando a gente analisa aqui a redução nessas colunas aqui de redução referente a 2013 pensando que 2013 é uma situação de normalidade, então olha só, em 2014 já houve 2,9% na categoria residencial de redução de volume distribuído e nós vamos ter agora em 2015 menos 8% a mais acumulado. Nós estamos falando que a situação da oferta de água, da água que vai ser distribuída vai mais que dobrar a severidade e aí ele é mais ou menos igual aqui nos outros, comercial e industrial reduz um pouco mais, mas a venda no atacado, aí que me chocou porque ele já foi de 17,6% e agora vai para 26,6% e não se recupera em 2016, continua menos 20%. Então a pergunta... No total então menos cinco, menos 11,12 e depois ele continua no geral abaixo porque o fornecimento para os municípios não operados vai ser muito menor. Bom, então vem a pergunta seis aqui, se em frente a uma redução tão drástica em 2015 se a Arsesp não vai determinar que a Sabesp informe os usuários, porque no final a gente só está vendo e está sabendo disso aqui.

A pergunta sete é se, sei lá, se não é chegada a hora de se determinar um estado de emergência porque a redução vai ficar brava, a gente já está sofrendo e vai sofrer mais ainda. A pergunta sete é como fica a questão de isonomia, o que acontece com os moradores dos municípios não operados, eles são cidadãos de segunda categoria? Já vou até responder pela Sabesp, "ah, mas eles não fizeram a lição de casa, eles não reduziram perdas". E a minha resposta é "eles reduziram perdas, reduziram". Aliás, quando a gente compara o nível de perdas nos municípios não operados e da Sabesp vê que as coisas estão bem ruizinhas porque na realidade os números que a gente vê aqui é uma conta diferente que a Arsesp autorizou a Sabesp fazer, então a gente tira na conta da Sabesp de perdas sempre tem um desconto de 9,5 % na média do estado de São Paulo, que é

de desconto de serviços de perda operacional para processos e tal. Se você comparar macro menos micro de verdade, utilizando indicadores internacionais, a perda da Sabesp na região metropolitana é de mais de 40% e eu duvido ainda que seja de 30% a comercial, portanto deve dar uns 15%, mas enfim...

É difícil trabalhar com esses números viu gente porque a informação que a gente tem é aquela que fica disponibilizada no Ministério das Cidades só. A Arsesp não divulga nada de informação tampouco a Sabesp, aliás, o que a Sabesp divulga é para acionista, então não precisa ficar catando número lá dentro, caso contrário o que a gente tem é a informação do Ministério das Cidades. Vou correr aqui.

Bom com relação à redução de volume de esgoto uma coisa interessante é que a gente percebe em 2015 e 16 (aqui é a mesma coisa, só que é esgoto tá?) que o volume do atacado vai aumentar muito. Esse volume aqui dá quase meio metro cúbico por segundo, então a pergunta é assim: se o governo parou metade das obras e investimentos em esgoto, o que vai ter de obra especificamente para conseguir fazer esse tratamento de esgoto dos municípios não operados, porque até onde eu sei a capacidade de tratamento da Sabesp é de metade do volume produzido na região metropolitana.

Bom, consumo de energia elétrica. Aqui esses dados também não ficaram claros porque você vê aqui na primeira linha o volume micro medido de água mais esgoto e depois eu comparei aqui o consumo de energia elétrica. A Sabesp disse que reduziu em 25% a produção de água. Você pega a variação de volume distribuído e vê que caiu 4,5 vai cair 8,8 e depois sobe 1,2 em relação a 2013. Por outro lado a variação de consumo de energia elétrica aumenta 3,4, aumenta mais 5,4, aumenta para 16,2. Quando você pega o consumo de energia com indicador clássico kilowatt-hora por metro cúbico, ele era de 0,64, 0,63, acho, em 2013, agora ele vai chegar em 0,79. Então não entendi essas contas. E, aliás, não dá para entender assim que não deu não reduziu o consumo,

reduziu 25% do volume, não reduziu o consumo e não dá para negociar nada, a gente está pagando o que, tudo cheio um consumo que não aconteceu?

E aí depois, isso já foi um pouco dito pela Arsesp, os drives de força e luz eles são praticamente volumes; volume produzido, micro medido, volume tratado, volume coletado, estou entendendo então que não é o volume variável força e luz. Virou um custo que é fixo, totalmente fixo.

Então aí perguntas mais gerais também se a Arsesp não tem intenção de determinar um aumento de preço em blocos de consumo de água superiores para não estar utilizando os 10 metros cúbicos do consumidor menor, se o IPCA já contém o preço de energia elétrica, a gente está falando de dupla incidência de reajuste sobre o item e se não existiria possibilidade nessa situação que a gente está de desequilíbrio econômico-financeiro, conforme alegado pela Sabesp, do governador reduzir ICMS de energia elétrica.

Eu queria só lembrar que hoje a gente vai ter um dia de paralisações por causa da PL 4330 que o nível de terceirização dos serviços da Sabesp é de 38% e que estamos lá quase 14 mil funcionários, porque acabaram de ser demitidos uns 600, contra 8.400 quase de terceiros em serviços que são serviços fim, na leitura de contas, manutenção da rede de água e esgoto, contrato de gestão, de risco. Tá?

(APLAUSOS)

MC

Muito obrigada.

Agora seria o Carlos Thadeu do Idec, mas quem vai falar é a Renata Amaral.

RENATA AMARAL, Idec

Bom dia, obrigada por esse espaço, estou vindo aqui representando o Idec, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e também a Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-SP. O Idec é uma das organizações que também faz parte da Aliança pela Água e a gente também discutiu esse tema junto à Aliança. Então o que eu quero colocar aqui, primeiro em relação à transparência e divulgação da audiência pública foi divulgado ontem, saiu uma nota no site da Arsesp, então eu até fiquei surpresa com o tanto de participação mesmo com essa pouca divulgação e ampliação de convite....

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO, Arsesp

Eu queria pedir um esclarecimento, porque como presidente eu posso pedir. Na verdade está divulgado há bastante tempo a audiência pública e a consulta pública, então queria pedir esse esclarecimento, porque você disse que só foi divulgado ontem.

RENATA AMARAL, Idec

É, a gente viu a nota no site ontem.

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO, Arsesp

Tá, não, quem foi o responsável....

(PARTICIPANTE INDEFINIDO)

Só saiu ontem a nota no site da Arsesp.

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO, Arsesp

Não, da audiência pública não, isso está colocado...

(PARTICIPANTE INDEFINIDO)

Da audiência saiu ontem, se você olhar no site da Arsesp foi datado do dia 14.

RENATA AMARAL, Idec

É, 14. Quatorze é ontem.

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO, Arsesp

A audiência pública não foi noticiada antes?

(PARTICIPANTE INDEFINIDO)

Não.

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO, Arsesp

Bom, você tem dois itens no site da Arsesp, um é consulta pública e o outro é audiência pública.

RENATA AMARAL, Idec

Desculpa só te interromper, mas no quadrinho ultimas noticias não estava.

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO, Arsesp

Eu estou falando que isso é muito importante... Não, não é ultimas notícias. O que você diz é que não teria sido divulgado, isso seria muito grave. Então nós divulgamos.

RENATA AMARAL, Idec

Uma ampla divulgação, vamos falar assim.

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO, Arsesp

Então espera aí, por favor, vamos retificar. Isso foi divulgado tanto no item consulta pública quando começamos a receber o material, como no item audiências públicas que teria audiência pública hoje e divulgado o local. Quem é a pessoa que colocou isso no site?

(PARTICIPANTE INDEFINIDO)

Vasculhamos cuidadosamente o site da Arsesp, onde constava audiência pública é entrando no botão audiência pública, pequenininho, pequenininho. Não havia notícia, não havia nada na home da Arsesp. Pequenininho... (incompreensível 1:19:00)

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO, Arsesp

Como todas as audiências públicas e consultas, isso está indicado no site. Você está querendo dizer que não foi dado uma última notícia para divulgar, é isso?

RENATA AMARAL, Idec

E nem uma ampla divulgação. Essa é a nossa contestação.

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO, Arsesp

Acho que está divulgado.

RENATA AMARAL, Idec

Mas pouco.

ERIKA MARTINS DE ANDRADE, Coletivo de Luta pela Água

Foi muito em cima da hora, porque quando foi divulgado a consulta pública não sabia quando ia ser a audiência.

RENATA AMARAL, Idec

Isso, é isso que a gente tá falando, não teve ampla divulgação.

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO, Arsesp

Teve um dia. Ok, está bom, fica o registro. Muito obrigado. Por favor.

RENATA AMARAL, Idec

Bom, em relação a revisão, o que a gente entende é que o pedido de reajuste por causa de um maior gasto com energia elétrica e diminuição do consumo, que esses dois fatos, claro, decorrem da própria crise hídrica e em grande medida da falta da sua gestão e não podem ser repassados indefinidamente ao consumidor, que também já está pagando, como muitos disseram aqui, pelas contas de energia elétrica e aí fica a pergunta, né, a gente como consumidor não tem para quem repassar, assim como a Sabesp está fazendo agora, esses novos custos, esse aumento no custo de energia.

Bom, o pedido de reajuste também, ao nosso ver, não se encaixa no disposto do artigo 38 da lei federal de

saneamento já que em novembro de 2013 quando a Sabesp planejou as operações para 2014 já era possível prever a redução da demanda, bem como os aumentos da energia elétrica que já estavam ocorrendo.

Outro artigo da mesma lei, o 46, diz que a finalidade dos mecanismos tarifários de contingência, isso é, da sobretaxa, ou a multa que a Arsesp autorizou desde o início deste ano, é exatamente para cobrir os custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação de serviços e a gestão da demanda. Ou seja, a Sabesp já repassou parte dessa conta para o consumidor.

Em 2014 o reajuste ordinário de abril foi aplicado somente em dezembro como o próprio... ele comentou né? Por conta desse adiamento, a Arsesp concedeu uma compensação adicional de 1%, mas vale ressaltar que essa compensação não está sendo descontada do reajuste tarifário extraordinário agora em questão. Se aprovado, esse reajuste passa a ser quase o dobro do reajuste anual ordinário que vem sendo aplicado.

Bom, além de todas as violações à lei do saneamento, esse aumento extraordinário também afronta o Código de Defesa do Consumidor em vários artigos. Uma vez que coloca de maneira unilateral obrigações excessivas ao consumidor, então no seu artigo 6º, inciso 5º, 39 inciso 5º e 10º, 51 inciso 4º, 10º e no seu parágrafo primeiro, inciso terceiro.

Os problemas da Sabesp no abastecimento de água para a região metropolitana de São Paulo, ou seja, falta d'água, redução extrema de pressão e ar n cano também são violações ao artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor, que exige das concessionárias o fornecimento de serviços adequados, eficientes, seguros e contínuos para a população.

Então o Idec entende que esse aumento seja apenas baseado nos índices de inflação e não considere os demais custos apresentados pela Sabesp. E como a gente viu que tinha muito pouco tempo para essa consulta pública, a gente lançou uma campanha no nosso site chamada “essa conta

não é minha", até ontem às seis da tarde tinha mais de mil e trezentas mensagens de contribuição enviadas à consulta pública da Sabesp, desculpa, Arsesp, pedindo justamente que se mantenha apenas o aumento no índice da inflação.

Então depois eu entrego.... ele saiu daqui.

Bom, eu deixo aqui nossa campanha, que foi uma forma de ampliar a participação da população aqui com as assinaturas das pessoas que já contribuíram e a gente espera que até às seis da tarde mais pessoas contribuam. Então, era isso que eu queria dizer, muito obrigada.

(APLAUSOS)

MC

Obrigada.

Agora é Marzeni Pereira da Silva, da Assembleia Estadual da Água, Coletivo Água Sim Lucro Não.

MARZENI PEREIRA DA SILVA, Assembleia Estadual da Água, Coletivo Água Sim Lucro Não

Bom dia a todos e a todas, tenho que procurar o papel...

Primeira coisa, eu gostaria de enfatizar aqui que essa crise hídrica não é um evento que não poderia ser previsto. Em 2004 o Sistema Cantareira chegou a 1,6%, talvez nem todos aqui se lembrem disso, mas em 2004 foi adotado, por exemplo, operação pajé pela Sabesp, acho que todos aqui se lembram porque o japonês que fazia chover pulverizava água sobre as nuvens para fazer chover artificialmente, pois é, já houve, já houveram anteriormente elementos que já indicavam que era necessário tomar cuidado e ter gestão de crise, ou seja, evitar o risco de desabastecimento. Então, no

meu ponto de vista não é correta essa visão de que é um evento extremo que não poderia ser previsto.

Além disso, eu acho interessante que existe um relatório da Secretaria de Meio Ambiente que chama Cenários Ambientais de 2020, que foi solto em 2009, onde indica claramente que entre 2015 e 2018 a gente poderia ter uma guerra pela água em São Paulo. Por que isso? Existem vários levantamentos há muito tempo que indicam que a demanda por água na região metropolitana é crescente e a oferta de água se manteve praticamente estável. Então óbvio que a curva de demanda e a curva de oferta iria cruzar em qualquer momento e aí faltaria água. Essa curva alcançou por volta de 2008, 2009 e os senhores da Sabesp sabem disso. Sabem disso.

Uma outra coisa que eu gostaria de salientar aqui é o seguinte, este ano, apesar de estarmos num ano atípico de fato, uma crise extrema realmente, bastante severa essa crise, falta de chuva em 2014 e 2015, mas um período curto, de um ano, um ano e pouco. Normalmente nós observamos secas mais prolongadas, três, quatro, cinco anos em outros estados. Califórnia. Se fala muito em Califórnia, mas quanto tempo está a Califórnia com a seca bastante severa? Aqui não, é uma coisa que não tem muito tempo. Agora, mesmo assim num ano atípico, onde a Sabesp diz que não tem sustentabilidade financeira se não tiver o reajuste que ela está propondo, mesmo assim nesse ano atípico a Sabesp está indicando pelo seu conselho de administração distribuir 252 milhões de dividendos para seus acionistas. Acima daquilo que é previsto no estatuto, inclusive, como mínimo a ser distribuído, que é 25%. A Sabesp está distribuindo 26 milhões a mais aos acionistas e essa prática a Sabesp vem adotando em todos os anos. Em 2002 a Sabesp teve prejuízo, mas mesmo assim distribuiu dividendos. De 2003 para cá eu peguei todos os balanços da Sabesp e está escrito nos balanços da Sabesp que foram pagos dividendos em todos os anos acima de 25%. Todos os anos, isso aí tá nos balanços da Sabesp, justifica como quiser, mas está escrito, eu peguei foi o seguinte: foram pagos tanto de dividendos.

Nesse período de 2003 para cá 4,3 bilhões, um bilhão a mais do que o mínimo que estava previsto. Neste ano aqui a lei de sociedade anônima lá no seu artigo... deixa eu verificar aqui... a lei de sociedade anônima fala que em momentos extremos as empresas podem não distribuir lucro. Sim, está no estatuto da Sabesp que é 25% mas a lei permite que não distribua lucro, mas mesmo assim a Sabesp quis fazer.

Uma outra coisa é o reajuste, nos cálculos que estão do ano passado não tem a incidência do reajuste de 6,5% aplicado em dezembro. Esse reajuste já entra nas contas de 2015. Somado com esse reajuste que é dado agora de 13,5% vai para 21,2% em 2015 em reajuste de conta de água.

Além disso, também é estranho como a Erika falou aqui a distribuição de 530 mil reais no ano passado para o Instituto Neymar, no ano passado num período que já tinha previsão da crise. A outra coisa são os 504 mil reais distribuídos para os diretores em bônus.

Bom, mas mesmo assim tem algumas coisas que nós precisamos avaliar mais aqui. As perdas da Sabesp, eu gostaria que a Arsesp revisasse isso esse ano, as perdas da Sabesp diminuíram nesse ano e porque diminuíram? Porque a Sabesp investiu em perdas de uma hora para outra e fez aquela mágica que ela nunca conseguiu fazer? Não. Porque nesse ano a Sabesp está fechando a água e deixando um período sem pressão na rede. Tá certo? E não tem vazamento em função de não ter água na rede, não é porque houve investimento. Então é necessário recalcular as perdas sim, as perdas diminuíram em função de não ter água na rede.

Uma outra coisa que eu acho que é muito importante a gente verificar é o seguinte: se falou aqui bastante do reajuste na tarifa residencial, que não vai fazer muita diferença e tal e coisa, mas é bom entender também que hoje o consumidor residencial pelo que foi exposto pelo representante da Sabesp 75% já paga 10 metros cúbicos, mesmo sem usar 10 metros cúbicos. Já paga 10 metros cúbicos. Então havendo uma redução no consumo dessa

faixa não há redução de receita. Se a pessoa reduzir de 8 para 5 metros não há redução de receita, então não há o que se falar em redução aí, nesse caso, porque (incompreensível 1:30:25) da receita da empresa.

Para eu finalizar coloco aqui o seguinte: a Sabesp diz que não adotou rodízio e que optou por uma redução voluntária do consumo. Me parece que os consumidores, que os usuários foram consultados para ver em que horário poderiam ficar sem água. Foi feito isso? Que eu me lembre não. Eu deixo bem claro o seguinte: eu trabalhei 23 anos na Sabesp, fui demitido agora, vinte dias atrás em função desse debate que a gente está fazendo aqui, em função desse debate do trabalho que a Sabesp faz que não é transparente. É correto a Sabesp fazer o controle do consumo. A Sabesp faz sim rodízio hoje, a Sabesp fecha a saída dos reservatórios. É necessário que tenha transparência e assumo isso, não está errado fazer isso. Não está errado, está errado é não ser transparente. Não tem jeito de deixar um metro de coluna de água aqui e um metro de coluna de água 30 metros lá embaixo. Todo mundo sabe que a água se nivela, a água nivela, não tem possibilidade de fazer isso, qualquer pedreiro sabe isso, qualquer encanador sabe que não é possível manter uma pressão aqui e a mesma pressão lá embaixo. Se está faltando água lá embaixo é porque não tem água na rede. Se não tem água na rede o abastecimento está deficiente. Quer dizer então que no momento de serviço deficiente redução da qualidade do serviço, redução da qualidade da água é bom também que a gente assumo que no momento que se fecha a água e se tem vazamento, se admite que tem cerca de 30% de perda de água, ou seja, tem vazamento, no momento que tem vazamento de água existe a possibilidade de infiltração sim, porque a pressão positiva vaza, quando há pressão negativa é possível infiltrar, então há o risco de contaminação da água.

Então nesse momento vai se aumentar a tarifa acima da inflação? No momento em que justamente a Sabesp continua distribuindo dividendo acima daquilo que a lei exige e poderia ser negociado? Está errado.

Uma outra coisa é que existe também aumento do consumo de diversos consumidores. É bom que se deixe claro que a rede da Sabesp infelizmente é deficiente. Por que é deficiente? Grande parte é assentado por essas empreiteiras que nunca viram uma rede ser assentada e aí não se coloca as ventosas na rede, então significa o que? Toda vez que falta água o ar enche a rede, toda vez que a água vem esse ar sai na casa das pessoas e os consumidores estão pagando a mais pelo ar que sai nas suas casas. E aí, vai ter desconto, como é que vai ser isso? Além do ar que se paga como água, ainda vai pagar mais? Não concordo com isso. Lamento mas eu acho que nós devemos fazer um reestudo. Nesse momento a Sabesp deveria não dar reajuste porque isso aqui não há comprometimento no equilíbrio econômico-financeiro da empresa. Teve 903 milhões nesse ano aqui e vocês estão distribuindo 252 para acionistas. Obrigado.

(APLAUSOS)

MC

Obrigada.

Agora Caroline Marçal Santos do Greenpeace.

CAROLINE MARÇAL SANTOS, Greenpeace

Bom dia todo mundo, agradeço esse espaço para contribuição.

No dia 6 de abril nós enviamos uma carta para o senhor José Luiz Lima de Oliveira, o diretor presidente da Arsesp, copiando o senhor Geraldo Alckmin, governador do Estado de São Paulo e o senhor Jerson Kelman, presidente da Sabesp. Essa carta apresentava o nosso posicionamento sobre a consulta pública da proposta de revisão tarifária extraordinária da Sabesp e para reafirmar esse posicionamento, visando

contribuir a essa consulta pública, vou ler aqui essa carta novamente.

Enquanto é proposto um aumento de 13,87% no preço da água para a população, um grupo de grandes consumidores com contratos de demanda firme segue recebendo descontos proporcionais ao consumo de água.

Visando garantir princípios de justiça e equidade na revisão tarifária, o Greenpeace Brasil vê como essencial o fim dos descontos dados a grandes consumidores por meio de contratos de demanda firme.

Devido às conhecidas alterações na oferta de recursos hídricos observado nesse atual contexto de crise, não é razoável a manutenção de contratos que suponham como prerrogativa um quadro de grande oferta de tais recursos.

É inaceitável que enquanto cidadãos sofram com corte de água e agora enfrentem a possibilidade de um reajuste na conta, empresas que consomem mais de 500 mil litros de água por mês continuem a ser beneficiadas por uma medida que visa estimular o consumo e não a economia.

Além de garantir que o ônus da crise hídrica seja partilhado de forma mais justa, o fim dos descontos para grandes consumidores também geraria receitas adicionais à Sabesp. Tomando como base os dados já divulgados publicamente sobre contratos de demanda firme, o Greenpeace estima que os descontos atualmente concedidos totalizam pelo menos R\$140 milhões por ano. Os contratos contêm uma cláusula que prevê a rescisão sem multa por parte da Sabesp uma vez passados seis meses da assinatura desses contratos. De acordo com as informações oficiais divulgadas, todos os 537 contratos dos quais se tem conhecimento estão vigentes há mais de seis meses, estando sujeitos à essa rescisão imediata. Tendo em vista todos esses argumentos apresentados e considerando também a possibilidade de rescisão a qualquer momento prevista nos contratos de demanda firme, o Greenpeace Brasil solicita o fim dos descontos a grandes consumidores no detalhamento da

Determinação do Ajuste Tarifário apresentada na Nota Técnica Preliminar RTS/003/2015.

Além dessa carta, também tentando responder os argumentos que já foram colocados em relação a esse tema aqui hoje, sim a gente sabe que esse segmento gera um milhão de empregos, mas a gente não tem estudo que indica que se eles pagassem o preço normal cortaria esses empregos ou eles sairiam da cidade de São Paulo. A gente considera que a crise em si e a falta de água que ela gera é razão muito mais grave para eles saírem de São Paulo ou cortarem os empregos. E sim, eles pagam mais do que a tarifa residencial, mas menos que várias organizações em empresas que não são beneficiadas com esses contratos, além de terem incentivos para consumirem mais em plena crise hídrica. Obrigada.

(APLAUSOS)

MC

Obrigada Caroline.

Agora seria Ricardo Gutman, que é da Alesp, mas só que como ele não pode ficar, ele passou a vez para o Edson Aparecido da Silva, da Federação Nacional dos Urbanitários.

EDSON APARECIDO DA SILVA, Federação Nacional dos Urbanitários

Obrigado, bom dia a todos e a todas, eu queria agradecer a oportunidade de contribuir com esse debate, eu vou falar em nome da Federação dos Urbanitários, que é uma entidade nacional que representa os trabalhadores da área de energia, saneamento e meio ambiente.

Bom, em primeiro lugar eu acho que essa proposta de reajuste tarifário da Sabesp, ela mereceria uma ação do

Ministério Público para apurar exatamente os motivos que justificam o reajuste de tarifa do ponto de vista da redução da demanda e, portanto, da redução da receita e o que provocou a quebra do equilíbrio econômico e financeiro da Sabesp. Digo isso porque na verdade se ficar constatado de que a situação que provocou a queda de consumo e, portanto, de receita e conseqüentemente a quebra do equilíbrio econômico e financeiro da empresa foi causado porque não foram tomadas as medidas necessárias e já previstas muito antes, a responsabilidade não pode ser do consumidor. Tinha que ser da empresa que não executou as obras e todas as medidas necessárias para que chegássemos na situação que chegamos.

Todo mundo sabe aqui o histórico de superexploração do sistema que abastece a região metropolitana de São Paulo, mais especificamente os mananciais da bacia do Alto Tietê.

Na verdade você tem uma disponibilidade hídrica de cerca de 69 metros cúbicos de água por segundo, tem uma outorga maior que isso, que chega a 78 metros e uma outorga total de 89 metros cúbicos de água por segundo.

Bom, é claro que mais cedo ou mais tarde qualquer fenômeno extraordinário, seja ele climático ou qualquer outro, o sistema ia entrar em colapso assim como entrou.

A portaria que autorizou a renovação da outorga de utilização de água do sistema Cantareira em 2004 já impunha uma série de medidas por parte da Sabesp para diminuir a dependência do sistema Cantareira e essas medidas concretamente não foram adotadas, tanto é que a média de produção de água dos últimos anos foi da ordem de 70 metros cúbicos de água por segundo.

Hoje vocês viram aqui que nós já chegamos a 52 metros cúbicos. O que quer dizer isso? Quer dizer duas coisas, primeiro que a água produzida era produzida além da necessidade de demanda e que era possível diminuir a dependência. É possível chegar a uma produção de água para atender realmente a demanda de 52 metros cúbicos? Eu acho que não, porque se o consumo caiu muito, ele não

reflete a demanda natural porque você está tendo uma forçação de redução do consumo por causa da gestão da demanda. Mas eu acho que nós temos que a partir dessa crise descobrir qual que é realmente a demanda para abastecer a nossa região.

Outra coisa é o seguinte, uma série de obras que a Sabesp está fazendo agora a toque de caixa, inclusive com questionamento do Ministério Público com relação ao fato de fazerem uma série de obras sem licitação, em caráter de emergência, sem outorga, sem licenciamento alegando emergência, cabe questionar de novo usando o mesmo argumento que eu usei antes, se essas obras são realmente emergenciais ou se tornaram emergenciais porque não foram feitas no tempo certo que deveriam ser feitas.

A outra questão é a questão de que obras como o São Lourenço, o sistema São Lourenço que vai produzir 4,7 metros cúbicos de água por segundo era uma obra que segundo o plano diretor de abastecimento de água da região metropolitana sua primeira previsão era para estar pronto em 2010, vai ficar pronto em 2018.

O Rio Pequeno que era para ter uma ampliação em 2012 e tinha que ficar pronto em 2012, vai ficar pronto em 2016. A única ampliação efetiva que nós tivemos de produção de água na região foi a produção do Paraçupeba e que só agora em 2014 teve um aumento de mais 4% de produção de água.

Bom, eu estou dizendo essas coisas para justificar a nossa opinião de que se é verdade que a empresa tem que manter o seu equilíbrio econômico e financeiro, também é verdade que a população não pode pagar duplamente por uma ação que não foi feita em tempo hábil pela empresa.

Acho também e queria em nome da federação, enquanto entidade sindical, manifestar a nossa discordância com o processo de demissões que a Sabesp implementou contra os seus trabalhadores exatamente num período em que ela devia estar contratando gente para enfrentar a crise. Ela está

demitindo trabalhadores que seriam fundamentais com a experiência que têm, para ajudar a superar essa crise.

E a última coisa acho que vale a pena a gente ressaltar aqui, que tem algumas obras que estão sendo propostas pela Sabesp que eu acho que valeria a pena ter um grande debate junto à sociedade, vou dar um único exemplo: a proposta de produção de 4 metros cúbicos de água por segundo no Rio Pequeno para mandar par o sistema Rio Grande, isso pode ser um verdadeiro crime. A vazão do Rio Pequeno hoje lá na Billings, que é de 2 metros cúbicos por segundo, se eu vou produzir 4 metros cúbicos é óbvio que eu vou ter que trazer água de algum lugar, e vou trazer água de onde? Do corpo central da Billings, o que vai fazer com que uma água hoje que é um dos únicos braços da Billings que tem uma qualidade boa, adequada segundo os especialistas, corre o risco de ser comprometida por mais uma obra improvisada da Sabesp. É isso, muito obrigado a todos.

(APLAUSOS)

MC

As apresentações estão encerradas, abriremos agora para comentário.

(PARTICIPANTE NÃO IDENTIFICADO)

Eu queria pedir, solicitar, se for possível, uma pergunta objetiva. É muito rápido, não são dez minutos, apenas uma pergunta antes da resposta.

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO, Arsesp

Tudo bem. Só queria dizer o seguinte: nós temos algum tempo, então acho que é razoável, é democrático e de interesse, se tiver alguma pessoa a mais interessada em se inscrever, por favor, dá o nome, se identifica e faz o seu posicionamento. Obrigado.

ANDRÉ

Bom, obrigado, bom dia, meu nome é André, eu sou... participo também da Assembleia Estadual da Água, Coletivo Água Sim Lucro Não. Que queria fazer uma pergunta bastante objetiva e ela tem a ver com uma menção à última intervenção que foi feita aqui. A Sabesp no início do ano demitiu em torno de 600 trabalhadores. A argumentação fundamental da demissão desses 600 trabalhadores é uma argumentação puramente baseada no critério de negócio. Do funcionamento, do equilíbrio financeiro da empresa do ponto de vista de uma lógica de mercado, de atender às expectativas dos acionistas, dos investidores etc. Não há nenhuma argumentação, rigorosamente nenhuma argumentação do ponto de vista do serviço prestado à população em relação a essas 600 demissões.

Na exposição que foi feita aqui, pelos argumentos da Sabesp, assim como a própria posição da Arsesp aqui, não é mencionado o problema das mais de 600 demissões. Veja, nós não estamos falando de demissões rotineiras ou um processo administrativo. Nós estamos falando de um corte bastante expressivo na força de trabalho da empresa no momento de maior crise hídrica, possivelmente da história de São Paulo. E isso não entra nesse debate.

A proposta de aumento da tarifa, ela reflete uma lógica puramente de mercado e de negócio, da mesma forma que a lógica da demissão desses trabalhadores da Sabesp. Então essa é uma questão fundamental. Como é que se explica a demissão do ponto de vista da prestação de serviço à população de São Paulo. Como é que se explica a demissão de 600 trabalhadores da Sabesp, como é que se pode justificar isso e ao mesmo tempo solicitar o aumento da tarifa.

Agora tem uma outra questão, que eu queria fazer uma pergunta direta às autoridades da Sabesp que estão aqui, sobre perseguição política a ativistas e militantes sindicais e do movimento popular dentro da Sabesp.

Entre as pessoas que falaram aqui está um demitido da Sabesp, dois demitidos da Sabesp pelo menos, e há outros demitidos da Sabesp que além de entrarem no marco geral das 600 demissões, são pessoas que estão sendo perseguidas por fazerem coisas como as que fizeram aqui. Essa audiência pública, democrática, onde as pessoas podem falar. Pois um trabalhador da Sabesp que questiona os rumos, organizado, responsável, sério, trabalhador, que não tem nenhuma justificativa do ponto de vista da sua função dentro da empresa, mas que coloca questionamentos de ordem do interesse da população, do serviço prestado pela empresa, é demitido por essa perseguição política.

Então como é que as autoridades da empresa se posicionam com relação à perseguição e demissão de trabalhadores que ousam questionar as questões que estão colocadas. Há uma contradição flagrante entre esse espaço supostamente democrático aqui e o que acontece lá dentro. Então há perseguição de organização sindical e de luta. Quem sai a público, questionando os rumos colocados pela direção da empresa está sendo demitido por fazer isso. E acho que essa denúncia precisa ser colocada aqui e as autoridades da Sabesp têm que se posicionar, porque, veja, essas demissões estão sub judice, há uma liminar suspendendo essas demissões, há audiência marcada agora para o final do mês e, portanto, elas não estão confirmadas, mas depende da posição das autoridades da Sabesp aqui se essas demissões há chance das autoridades da Sabesp reverterem essa situação, ela não está definida ainda, ela está sob judice, portanto, é parte desse debate a possibilidade concreta das autoridades da Sabesp recuarem nessa proposta, porque os trabalhadores demitido não vão recuar.

E parte da luta pelo direito à água, que é a luta também contra esse aumento arbitrário das tarifas, é também uma luta contra as demissões dos trabalhadores da Sabesp. E as

mobilizações, entre elas a que vai acontecer hoje, já está acontecendo, é um dia nacional de paralisações, uma manifestação que acontece hoje a partir do Largo da Batata às 17h incorpora na sua pauta de reivindicações o direito à água em São Paulo e a reintegração dos trabalhadores demitidos pela Sabesp. Isso é parte de uma luta que não acaba aqui, não vai acabar com a audiência, independente do resultado no final do mês, e vai continuar e a Sabesp vai ter que responder isso daqui para a frente até reverter essa postura e de fato atender os interesses da população. Obrigado.

(APLAUSOS)

MC

Obrigada. Mais alguém quer colocar algum posicionamento?

Ninguém mais?

Então muito obrigada pela participação dos senhores, o presidente da mesa vai encerrar esta audiência.

JOSÉ BONIFÁCIO DE SOUZA AMARAL FILHO, Arsesp

Quero agradecer mais uma vez a presença de todos que estiveram aqui, manifestaram as suas posições, e temos certo que a Agência agora vai fazer uma resposta para todos os que se manifestaram aqui, nós temos uma obrigação de fazer um relatório das contribuições recebidas.

Com relação ao último ponto especificamente mencionado, nós quando começamos a fazer a análise do pedido, inclusive surgiu a notícia e nós estávamos olhando qual o impacto que isso poderia ter nas contas. Está suspensa a medida, como você falou, por uma liminar e a agência vai continuar fazendo os procedimentos que cabem a uma agência reguladora, existem regras, existem legislações a

serem cumpridas e procurando manter sempre essa postura de equilíbrio.

Agradeço mais uma vez a todos vocês, muito obrigado, bom dia para todos.

(APLAUSOS)